

TCM-PA ONLINE

TCM

Informativo TCM-PA nº 072 - Belém, Pará, Brasil - 17 de março de 2017



www.tcm.pa.gov.br >>

TCM-PA decide que CIP/COSIP pode integrar a base de cálculo do duodécimo do Legislativo

Em decisão histórica, ao julgar processo referente à consulta formulada pela Câmara Municipal de Belém (CMB) sobre a constitucionalidade da inclusão da CIP (Contribuição de Iluminação Pública) e da COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública) na base de cálculo do duodécimo repassado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, o Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), por maioria de votos, conheceu da consulta e, se utilizando subsidiariamente do Art. 976, I e II do Código de Processo Civil, no que diz respeito à repercussão geral do tema, decidiu que as duas contribuições podem ser incluídas na base de cálculo do duodécimo.

TCM-PA e TCE-PA atuarão em conjunto na Auditoria no Sistema Prisional

O TCM-PA e o TCE-PA vão atuar em conjunto na Auditoria Coordenada no Sistema Prisional, que o Tribunal de Contas da União (TCU) está realizando com os Tribunais de Contas de todo o País. Este foi um dos assuntos tratados na visita que o presidente do TCM-PA, conselheiro Daniel Lavareda, fez ao TCE-PA, nesta quarta-feira (15), acompanhado da conselheira vice-presidente, Mara Lúcia, e do advogado Justiniano Alves.

Os conselheiros Daniel Lavareda e Mara Lúcia foram recebidos pela presidente do TCE-PA, conselheira Lourdes Lima, e pelos conselheiros André Dias, vice-presidente, Nelson Chaves, Cipriano Sabino, Rosa Egídia e Odilon Teixeira.



www.tcm.pa.gov.br >>



www.tcm.pa.gov.br >>

Cautelar suspende a execução do Contrato de Gestão do Hospital Geral de Parauapebas

O Pleno do TCM-PA, por unanimidade, resolveu homologar os incisos I e III da medida cautelar proferida monocraticamente pela Conselheira Mara Lúcia, nos autos do Processo n.º 201701942-00, suspendendo o Contrato de Gestão n.º 20160440, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Parauapebas e a O.S. Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e a Saúde Pública (GAMP). A cautelar foi proferida após análise de representação protocolada no TCM-PA, pelo Ministério Público do Trabalho no Estado do Pará (MPT-PA), através da Dra. Ana Roberta Tenório Lins Haag, Procuradora Federal do Trabalho no Município de Marabá.